

## O lugar da definição na gramática: efeito de transparência do dizer

Maria Iraci Sousa Costa (UFSM)<sup>1</sup>

*Resumo:* O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre a problemática da definição na gramática com o propósito de investigar o que faz com que a definição não seja apenas mais uma formulação inscrita em uma rede parafrástica, mas sim uma formulação que historiciza, que passa a fazer parte do interdiscurso, ao mesmo tempo em que individualiza o sujeito, colocando-o como responsável por aquilo que diz e escreve.

*Palavras-chave:* definição; gramática; efeito de evidência.

### Notas introdutórias sobre o efeito de evidência do saber que constitui a gramática

O presente trabalho é parte da nossa dissertação de mestrado onde desenvolvemos uma reflexão sobre a definição na gramática e também no dicionário. Nesse artigo, apontaremos algumas reflexões sobre o lugar da definição na gramática, com o objetivo de investigar como a definição se constitui enquanto uma formulação singular que expõe um dado gesto interpretativo ao mesmo tempo em que produz efeitos de evidência e de transparência do dizer.

A definição é uma questão que permeia a gramática e também o dicionário por se tratar de uma formulação de aparência semanticamente inequívoca que atribui a esses dois instrumentos linguísticos um efeito de precisão e interdito da dúvida. Nesse sentido, por meio de proposições de aparência semanticamente estável, a gramática, assim como o dicionário, constrói uma imagem que projeta um efeito de totalidade do saber sobre a língua, de forma que “a exigência de completude toma, então, uma coloração imaginária e se transpõe em termos de totalidade: totalidade qualitativa, isto é, perfeição [...]; totalidade quantitativa – é por isso que só concebemos uma gramática se ela for completa” (MILNER, 1987 p. 26).

Entretanto, trata-se de um efeito de totalidade e completude que projeta sobre a gramática uma imagem de obra acabada e de saber inquestionável e evidente. Nesse sentido, não vemos a gramática como um

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista Capes. E-mail: iraciscosta@yahoo.com.br

objeto sacralizado com todas as respostas tidas como verdadeiras e universais, vemos a gramática como resultado de um processo de construção de um saber que é constituído em condições históricas determinadas por sujeitos afetados ideologicamente. É nesse sentido que questionamos a gramática como *espaço discursivo semanticamente estabilizado* (PÊCHEUX, 2008 [1990]) construído por meio de proposições de aparência evidente onde a interpretação é negada, isto é, o sujeito interpreta, mas nega que seu posicionamento parta de um gesto interpretativo. Desse modo, a gramática se constitui como o lugar da certeza e da verdade do saber sobre a língua, lugar em que o sentido é vigiado para que não haja a possibilidade de o sentido poder vir a ser outro. Inclusive, seu caráter normativo e sua tendência a formular regras contribuem para a construção de um efeito de estabilidade lógica do sentido, simulando que o saber é a-histórico e indiferente à ideologia. Dessa forma, a construção desses efeitos de evidência e de transparência do dizer dispensa a necessidade de justificá-los, na medida em que se trata de algo tão óbvio que é desnecessário insistir no que já está explícito.

Em meio a essas proposições de aparência lógica, a definição se destaca por apresentar o saber de tal modo que pareça ser uma evidência e que tal definição toca o real e, por isso, guarda a verdade. Além disso, segundo Pêcheux, nesses espaços discursivos:

[...] supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem transparentemente, em uma descrição adequada do universo (2008 [1990], p. 31).

Assim, a definição produz um efeito de transparência do dizer, na medida em que tal formulação simula um efeito de que toca o real e, dessa forma, todos entendem do que se trata. Nesses espaços discursivos de aparência logicamente estáveis, a ilusão da ausência do sujeito simula o funcionamento da linguagem sobre si mesma, fazendo parecer que um determinado saber exista em um plano exterior ao sujeito e indiferente a ação do tempo. Com isso, produz-se um efeito de que não se trata de um ponto de vista, mas de um saber absoluto e universal. Além disso, nesse discurso metalinguístico, o efeito de apagamento do sujeito faz parecer que o sujeito e o saber se situam em esferas diferentes, tentando desfazer qualquer aproximação entre um e outro e projetando um efeito de objetividade e exatidão por meio de proposições de aparência inequívoca. Em relação a essa pretensão de objetividade, o que Pêcheux (Ibid.) vai colocar em causa é, se o real existe e independe de qualquer discurso feito a seu respeito, então o real pode ser entendido como pontos de impossível, no sentido que qualquer discurso feito

acerca de um objeto determinado será sempre uma possibilidade, uma vez que está investido de um gesto interpretativo, embora este se apresente mascarado por um efeito de evidência.

Para Haroche (1992), esse espaço semanticamente estável que se constitui pela exigência de clareza, de desambiguação, de determinação, de perfeita legibilidade são mecanismos de individualização que se inscrevem no postulado geral que subentende toda gramática. São exigências que tem o objetivo de tornar o sujeito visível e controlável, simulando dar ao sujeito o controle sobre seu dizer, quando, na verdade, trata-se de uma manifestação de uma auto-repressão livremente consentida induzida pelo Estado no indivíduo (Ibid.). Segundo a autora, esse lugar de visibilidade que o sujeito assume na gramática é também um lugar acessível a apenas alguns, negado à maioria, que é o próprio privilégio da interpretação. Esse lugar privilegiado onde o sujeito, apesar da dissimulação da própria subjetividade, torna visível a si próprio e ao seu gesto de leitura é concedido pela *divisão social do trabalho da leitura* (PÊCHEUX, 1997), isto é, a alguns, é reservado o direito de produzir leituras originais e, a outros, a tarefa subalterna de sustentar as ditas interpretações. Essa divisão remonta já a Idade Média no meio dos clérigos, quando o direito a ter uma obra investida de uma leitura própria era privilégio reservado a alguns, enquanto ao grupo de todos os outros cabia o gesto incansavelmente repetido de cópia, transcrição, etc<sup>2</sup>.

Dentre os poucos que estão autorizados a interpretar, a produzir uma obra em seu próprio nome, o gramático é um desses poucos que ocupa um lugar privilegiado que o autoriza a definir, isto é, dar aquilo que parece ser o sentido primeiro que, inclusive, resiste ao não apagamento do sujeito que define, como forma de individualização do sujeito e garantindo-lhe a propriedade de seu gesto interpretativo, de forma que uma definição só se perpetuará no fio do discurso se for atribuída a um sujeito que está autorizado a interpretar.

Assim, ao questionarmos a pretensão de evidência da gramática, nossa reflexão recai sobre a problemática da definição, por entendermos que se trata de uma formulação que tem a pretensão de interditar outras leituras e, nesse sentido, assegura o efeito de precisão da gramática. Nessa medida, interessa-nos para a nossa pesquisa, não a gramática como um todo, mas a definição como um dos aspectos que constitui a gramática e que contribui para

---

<sup>2</sup> Auroux (1992) destaca que mesmo quando a reprodução dos livros era feita de forma manuscrita, ainda havia espaço para o deslize. Somente com o aparecimento da imprensa é que há definitivamente uma separação entre a produção intelectual do texto de sua reprodução material, pois “a prática manuscrita medieval deixa teoricamente espaço, em cada exemplar, para a variabilidade, sobretudo ortográfica. Com a imprensa, não apenas a multiplicação do mesmo é incontornável, como a normalização dos vernáculos se torna uma questão de standardização profissional” (Ibid., p. 52).

a formação desse espaço semanticamente estabilizado. Além disso, insistimos em considerar a definição enquanto uma formulação singular de aparência semanticamente estável que assegura um dado gesto interpretativo e se perpetua no interdiscurso a partir de uma constante retomada. Para tanto, é preciso considerar como a definição se situa na gramática, isto é, qual o lugar da definição na gramática e como ela contribui para a constituição do todo da gramática.

### A definição na gramática: gestos interpretativos e efeitos de evidência

Desde a NGB, a gramática brasileira passou a ser dividida em três grandes partes, *a fonética, a morfologia e a sintaxe*. Mas nem todas as gramáticas se limitam necessariamente a essas três partes e tampouco seguem essa ordem. Dentro dessas grandes partes, a gramática se subdivide em uma categorização das unidades, que, por sua vez, subdivide-se em sucessivas classificações. Por regra, tais categorias são nomeadas (pela NGB) e definidas pelo gramático. Os termos teóricos mostram-se pouco variáveis, enquanto as definições apresentam variações, isto é, efeitos parafrásticos que permitem inscrever tal enunciado como próprio do domínio de saber do gramático. Para ilustrar o funcionamento da definição na gramática, selecionamos algumas designações recorrentes na parte de sintaxe em gramáticas distintas publicadas após a instauração da NGB.

	<b>Adriano Gama Kury – Pequena Gramática (1959)</b>	<b>Celso Pedro Luft – Gramática Resumida (1960)</b>	<b>Evanildo Bechara – Moderna Gramática Portuguesa (1971)</b>
Frase	<i>Frase é qualquer enunciação que encerra um sentido em si mesma. Exs.: 1º, “Ora bolas!”; 2º “Que calor!”; 3º “Choveu muito hoje”; 4º Devagar se vai ao longe”; 5º “Em casa de ferreiro, espêto de pau”; 6º “Linda manhã!”; 7º “Diga ao povo que fico”, 8º “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever” (p. 93).</i>	<i>Frase é qualquer enunciado com sentido próprio (p. 124).</i>	Bechara não introduz o conceito de <i>frase</i> .

Oração	<i>Oração</i> ('independente') é a frase que possui um predicado. São 'orações' as frases dos exemplos 3º a 8º (p. 93).	Oração é uma unidade frásica que se caracteriza pela presença de um predicado, de um verbo. (p. 124).	- <i>Oração é a unidade do discurso.</i>  A oração encerra a menor unidade de sentido do discurso com propósitos definidos, utilizando os elementos que a língua dispõe de acordo com determinados modelos convencionais de estruturação oracional (p. 194).
Período	<i>Período</i> é a oração ou o grupo de orações que terminam por uma pausa bem definida, assinalada por um ponto de exclamação, ponto de interrogação, reticências e dois pontos (p. 94).	<i>Período</i> é um enunciado constituído de uma ou mais orações e terminado por uma pausa bem definida, marcada na escrita por um ponto, ponto-de-exclamação, de-interrogação, reticências e, mais raro, por dois pontos (Então ele contou a sua história: <i>Morava longe, no cabo do mundo...</i> ) (p. 124).	Chama-se <i>período</i> o conjunto oracional cuja enunciação termina por silêncio ou pausa mais apreciável, indicada normalmente na escrita por ponto (p. 199).

As gramáticas de Adriano Gama Kury e de Celso Pedro Luft foram publicadas em seguida à instauração da NGB para explicar a nova nomenclatura, ao passo que a gramática de Evanildo Bechara<sup>3</sup> já vinha sendo publicada anteriormente à NGB e passou por reformulações segundo as orientações da NGB. Com isso, as designações usadas nas gramáticas tornam-

---

<sup>3</sup> A **Moderna Gramática Portuguesa**, cuja autoria é atribuída a Evanildo Bechara, foi publicada inicialmente por Eduardo Carlos Pereira e chamava-se **Gramática Expositiva** e desfrutava de ampla circulação no ensino gramatical. "Com a morte de Eduardo Carlos Pereira, e as exigências estritas da NGB, sua adaptação é proposta por E. Bechara, o qual, ao apresentá-la, no entanto é reconhecido não como possível adaptador do texto, mas como autor de outra gramática" (ORLANDI, 2002, p. 148).

se mais regulares, o que não significa que as definições que lhes são atribuídas sejam exatamente iguais. A partir do quadro comparativo exposto acima, é possível estabelecer um fórmula geral que determina a formulação da definição na gramática. A definição na gramática poderia ser representada pela fórmula:

**[designação] [é (verbo ser no presente)] [nominalização] [oração relativa/adjunto adnominal]**

[Frase] [é] [qualquer enunciação] [que encerra um sentido em si mesma]

[Frase] [é] [qualquer enunciado] [com sentido próprio]

[Oração (“independente”)] [é] [a frase] [que possui um predicado]

[Oração] [é] [uma unidade frásica] [que se caracteriza pela presença de um predicado, de um verbo]

[Oração] [é] [a unidade do discurso]

[Período] [é] [a oração ou o grupo de orações] [que terminam por uma pausa bem definida]

[Período] [é] [um enunciado] [constituído de uma ou mais orações e terminado por uma pausa bem definida, marcada na escrita por um ponto]

Uma vez que as mesmas designações podem apresentar definições atribuídas por gramáticos diferentes, consideramos que tais formulações inscrevem-se em uma rede que faz ressoar o interdiscurso, aquilo que se repete sob a forma do diferente e que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações, fazendo com que a cada formulação o já dito retorne para fazer significar outro dizer. Diante da pretensão de certeza que guarda a forma da definição, permanece a possibilidade latente de o dizer sempre poder se tornar outro. Sob a forma da definição, o sujeito dissimula essa possibilidade produzindo um efeito de evidência e de controle sobre o seu dizer, como se aquilo que diz só pudesse ser dito de tal forma e não de outra.

Além disso, um outro aspecto que contribui para a constituição do efeito de evidência na gramática é a sua organização, que segue a regra conforme o quadro acima: categorização das unidades, classificação, designação, definição, exemplo, e assim sucessivamente. Como a gramática e também o dicionário são obras para consulta, não se trata de um texto com progressão, início, meio e fim, tal como as obras para leitura, cada definição tem o seu próprio fechamento, o que contribui para que o efeito de evidência seja acentuado. Nesse sentido, em relação ao dicionário, Rey (1970, p. 49) afirma que “il ne s’agit pas d’une véritable lecture, c’est une forme particulière de *consultation*, c’est-à-dire de confrontation entre une connaissance partielle et

une information prévisible destinée à la compléter, à la détruire, à la remplacer”<sup>4</sup> (grifos do autor).

Considerando esse caráter de consulta da gramática e do dicionário, a definição se sobressai nesses instrumentos linguísticos por se tratar de uma formulação concisa que produz o efeito de que guarda em seus limites o sentido da palavra. Nessa medida, diante da aparência evidente e transparente da definição, interessa-nos questionar como se constitui os efeitos de evidência dos sentidos e como o sujeito se constitui em tal formulação. Ao definir, o sujeito acredita ser exterior à língua e que tem o controle sobre seu dizer. Desse modo, na definição há uma maior incidência da exterioridade sobre o dizer do sujeito que define, na medida em que, ao expor seu gesto interpretativo, o sujeito simula um efeito de neutralidade na sua formulação, negando a interpretação ao mesmo tempo em que ela se dá. Assim, a definição se constitui, principalmente, pelo efeito de transparência do dizer, como se tal formulação fosse indiferente ao gesto interpretativo do sujeito e como se o saber sobre a língua se constituísse de forma naturalmente espontânea. Esse efeito de naturalização da definição atribui ao gramático o lugar privilegiado daquele que sabe o que é uma *frase*, uma *oração* e um *período*.

### Considerações finais

A partir do trabalho desenvolvido, tivemos o objetivo de investigar a importância da definição na constituição da gramática, na medida em que entendemos a definição enquanto uma formulação que produz um efeito de evidência e de naturalidade do saber, como se tal formulação fosse indiferente ao gesto interpretativo do sujeito que define. Além disso, o efeito de concisão e completude da definição projeta na gramática um efeito de transparência do saber. Desse modo, a definição se constitui enquanto uma formulação singular que contribui para o efeito de precisão e também para que a gramática, e também o dicionário, se constitua enquanto um lugar em que a interpretação é negada, isto é, o sujeito interpreta, mas nega que sua formulação seja parte de seu gesto interpretativo, produzindo, assim, um efeito de certeza e de verdade.

### Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

---

<sup>4</sup> Não se trata de uma verdadeira leitura, é uma forma particular de *consulta*, quer dizer, de confrontação entre um conhecimento parcial e uma informação previsível destinada a completá-la, a destruí-la, a substituí-la [tradução sob nossa responsabilidade].

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Traduzido por Eni Orlandi, com a colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Traduzido por Ângela Cristina Jesuino. Porto Alegre, RS: Artes Médicas: 1987.

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PÉCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Traduzido por Eni Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. Traduzido por Bethania Mariani. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

REY, Alain. Typologie génétique des dictionnaires. In: **Revue Langages**, 1970, n. 19, p. 48-68. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge\\_0458-726x\\_1970\\_num\\_5\\_19\\_2591](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1970_num_5_19_2591)>. Acesso em 19 jun. 2011.

### **Gramáticas consultadas**

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**: Cursos de 1º e 2º graus. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

KURY, Adriano da Gama. **Pequena Gramática**. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

LUFT, Celso Pedro. **Gramática Resumida**. Porto Alegre, RS: Globo, 1960.